

**A Conservação do Oeste Catarinense:  
O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta**

Eunice Sueli Nodari\*  
Miguel Mundstock Xavier de Carvalho\*  
Samira Peruchi Moretto\*

**Resumo:** A Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucárias, que ocupava, praticamente, todo o planalto de Santa Catarina, passou por um intenso processo de desmatamento no decorrer do século XX. A devastação da Floresta provocou a alteração da paisagem dando espaço à agricultura, sem preocupação com a preservação. O Ministério do Meio Ambiente, designou um grupo de trabalho para estudar a situação destas áreas de florestas e para preservar os remanescentes, através de decreto federal datado de 19 de outubro de 2005 foram criados duas Unidades de Conservação Permanente: o Parque Nacional das Araucárias, nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, e a Estação Ecológica da Mata Preta, no município de Abelardo Luz. Estas áreas são objeto do presente estudo.

**Palavras Chave:** Historia Ambiental; Floresta com Araucárias; Unidades de Conservação

**Abstract:** The Ombrophilous Mixed Forest or Araucaria Forest, present in most of the State of Santa Catarina's plateau, suffered an intense process of deforestation during the 20th Century. As a consequence, the landscape was altered, and the forest gave space to agricultural practices, without any preoccupation with natural conservation. The Ministry of Environment nominated a working group to study the situation of these areas, and, by force of the federal decree of October 19, 2005, created two Protected Areas: the National Park of Araucarias, located in the cities of Ponte Serrada and Passos Maia, and the Ecological Station of Mata Preta, in the city of Abelardo Luz. These areas are object of the following paper.

**Keywords:** Environmental History; Araucaria Forest; Protected Areas

Ao propormos a pesquisar a história da devastação das florestas, que se insere na História Ambiental, temos como entendimento que é uma história que estende seus limites para além das instituições humanas – econômicas, sistemas de classe e de gênero, organizações políticas, rituais culturais – aos ecossistemas naturais que fornecem o contexto para estas instituições. Povos diferentes escolheram formas diferentes de interagir com o ambiente circundante, e suas escolhas se ramificam não somente pela comunidade humana, mas também pelo ecossistema maior. (CRONON, 1989) Escrever uma história de tais relações traz, inevitavelmente, ao palco principal um conjunto de personagens não humanos que, geralmente, ocupam as margens da análise histórica isto quando elas estiverem realmente

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina, Professora Doutora. Pesquisa financiada pelo CNPq.

\* Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando do PGHST, Orientadora: Eunice Sueli Nodari.

\* Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda do PGHST, Orientadora: Eunice Sueli Nodari.

presentes. Desta forma nosso método de pesquisa dedica-se a avaliar as circunstâncias de mudanças de coisas tais como: a passagem de uma floresta densa para pequenos fragmentos, a introdução de plantações de subsistência, a transformação em campos de pastagens, as alterações ocorridas com as bacias hidrográficas com a construção de hidroelétricas, além de outros elementos da paisagem das áreas antes cobertas por matas com pinheiros.

Warren Dean, um pesquisador interdisciplinar, mas historiador de formação, nos mostra que a destruição das florestas tropicais é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal.

Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável.[...] O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humana. (DEAN, 1996: 23)

Para o autor a história da destruição das florestas da América do Sul é, até certo ponto acessível à nossa curiosidade, pois os europeus quando aqui chegaram encontraram uma natureza mais pura e assim a degradação, em sua maior parte, ocorreu na era dos registros escritos. Assim a América do Sul é, portanto “o campo de batalha mais recente para o historiador florestal, no qual todos que tombaram ainda jazem insepultos e os vencedores ainda vagueiam por toda a parte, saqueando e incendiando o entulho.” (DEAN, 1996: 23)

A Floresta com Araucárias, denominada cientificamente de Floresta Ombrófila Mista (FOM) é uma das fitofisionomias que compõem o bioma Mata Atlântica. Esta Floresta é caracterizada pela presença predominante do Pinheiro Brasileiro (*Araucaria angustifolia*) Com seu tronco cilíndrico e reto, suas copas se destacam na paisagem, sendo que a araucária chega a viver até 700 anos. No seu sub-bosque tem-se uma variedade de espécies como a canela sassafrás, a imbuia, a erva-mate, o xaxim entre outras.

“A *Araucaria angustifolia*, é uma das espécies mais antigas da flora brasileira, passou por diversos períodos geológicos. Foi submetida às mais drásticas mudanças climáticas, conviveu com invasões e retrações marinhas, extinções de seres, mas no curto tempo de duas gerações humanas, não está resistindo às queimadas, ao fio dos machados e motosserras, disputas de terras, ausência de políticas públicas estratégicas, e a imperiosa cultura humana de domínio e posse.”(Koch & Correa, 2002)

Complementando o que é afirmado acima, hoje restam menos de 3% de sua área original, incluindo as florestas exploradas e matas em regeneração, que era de, aproximadamente, 200.000 Km<sup>2</sup>, abrangendo cerca de 37% do Estado do Paraná, 31% de Santa Catarina, e 25% do Rio Grande do Sul. (Processo de Criação da Estação Ecológica da

Mata Preta no Estado de Santa Catarina, v.1, p.3 e 4) No Estado de Santa Catarina a área da FOM era de 40.807 Km<sup>2</sup> o que representava 42,5% da vegetação do Estado. Ela tinha e ainda tem uma presença marcante na paisagem catarinense contribuindo para a cultura catarinense, aparecendo como tema de canções, na literatura, festas populares e na culinária regional.

Mesmo assim a situação atual da FOM é que além de estar fragmentada, a maior parte destes remanescentes se encontram em terras privadas, muito deles em propriedades de indústrias madeireiras. Outro problema é a “insuficiente representação da Floresta Ombrófila Mista em Unidades de Conservação, seja federais ou estaduais. Os parques e reservas nacionais, estaduais, municipais e particulares, existentes em Santa Catarina, cobrem apenas 2% do território, área insuficiente para garantir a conservação da biodiversidade existente nas florestas do Estado. (Processo de Criação da Estação Ecológica da Mata Preta no Estado de Santa Catarina, v.1, p. 17) A fisionomia florestal predominante acabou sendo substituída na maior parte por pastagens e reflorestamentos homogêneos com espécies exóticas.

A decisão pelas áreas onde foram criadas as UCs foi feita após amplos estudos que resultaram em constatações de que alguns dos mais significativos fragmentos de araucárias estão nos municípios de Ponte Serrada e Passos Maia, ao longo da Serra do Chapecó. “O aspecto qualitativo desse fragmento ainda é excepcional. A área encontra-se coberta por uma verdadeira floresta de Araucária, a chamada Mata Preta, com indivíduos de acentuado vigor e distribuídos em abundância... No contexto atual, este remanescente florestal reveste-se de inestimável valor biológico”. (Processo de Criação da Estação Ecológica da Mata Preta no Estado de Santa Catarina, v.1, p. 18) O outro fragmento importante está localizado no município de Abelardo Luz na área conhecida como Fazenda Dissenha. Aqui o sub-bosque já mostra sinais de intensa atividade antrópica. Em dados divulgados pela SOS Mata Atlântica, (INPE, 2001) a FOM foi a tipologia florestal que sofreu a maior pressão nos últimos cinco anos, destacando os municípios de Abelardo Luz e Ponte Serrada entre os que lideram o processo de desmatamento no Estado. (Processo de Criação da Estação Ecológica da Mata Preta no Estado de Santa Catarina, v.1, p. 19)

As principais causas do desmatamento apontadas são:

- a) assentamentos rurais realizados em área de floresta, somente no município de Abelardo Luz existem 17 assentamentos, a maioria deles implantada em áreas cobertas por floresta de araucária. Entre 1990 e 1995 Abelardo Luz foi o campeão em desmatamento. (p.20)
- b) exploração madeireira insustentável através de planos de manejo autorizados: a araucária consta da lista de espécies ameaçadas de extinção editada pelo IBAMA em

1992. Mesmo assim ela continuava sendo explorada com autorização. Esta exploração autorizada com o pretexto de manejo sustentável exauriu os últimos remanescentes de florestas com ocorrência da araucária.

O grupo de trabalho constatou, por exemplo, num sobrevôo realizado em 14 de novembro, a exploração madeireira em alguns pontos da região de Passos Maia e Ponte Serrada. (p. 112) E, numa avaliação complementar, realizada por terra, foi confirmado o que já haviam detectado, a exploração madeireira sendo realizada pela Indústrias de Madeira Tozzo S/A, no município de Ponte Serrada. Foram encontrados “vários exemplares de *Araucária angustifolia* derrubados e aglomerados junto as estradas, aguardando transporte para os pátios da serraria.” (p.113).

c) Expansão das monoculturas de árvores exóticas: este é um problema de grandes proporções que ocorre no planalto, no norte e também no oeste de Santa Catarina, com o avanço das plantações de florestas homogêneas de árvores exóticas, ocasionando com isto um isolamento cada vez maior dos pequenos e médios fragmentos de florestas nativas. (p.23) Devido à agressividade e à maior velocidade de crescimento, estas plantações acabam com qualquer possibilidade da FOM recuperar áreas desmatadas previamente.

d) Expansão da atividade agropecuária: os remanescentes também vêm sendo suprimidos para que haja a expansão de atividades agropecuárias e agricultura extensiva. Para estes casos, o que era comum desde o início da colonização os proprietários extraem e vendem a madeira. Existem duas formas de fazê-lo sem serem notados rapidamente. Uma delas é o de roer pelas bordas, anualmente desmatam pequenas faixas na margem externa dos remanescentes. A outra forma é desmatar de dentro para fora, ficando somente as bordas.

Que oportunidades têm para a preservação da Araucária? Mesmo sendo reduzida a menos de 3% a FOM apresenta, de acordo com o Processo de Criação dos Parques (p.28), um conjunto de oportunidades para o futuro:

- a) Criação de Unidades de Conservação para preservação da biodiversidade e desenvolvimento do turismo ecológico;
- b) Desenvolvimento de projetos de seqüestro de carbono para o equilíbrio do clima global;
- c) Melhoria da imagem de empresas que investirem na conservação ou recuperação;
- d) Geração de empregos na recuperação de áreas degradadas;

- e) Comercialização de produtos não madeireiros (pinhão, erva-mate, etc.) de espécies nativas;
- f) Pesquisa e desenvolvimento de produtos medicinais e farmacêuticos, entre outras.

A lei Federal nº. 9985/2000 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza / SNUC, que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Em novembro de 2003, o Ministério do Meio Ambiente deu início ao processo de criação de unidades de conservação (UC) na área de ocorrência da Floresta com Araucária nos Estados do Paraná e Santa Catarina. As Unidades de Conservação de fundamental importância para impedir a extinção de um dos ecossistemas mais antigos da Terra. Os trabalhos da Força-Tarefa foram desenvolvidos para poder dar andamento na instituição da UC, participando 40 técnicos de 16 instituições, que percorreram mais de 41.000 quilômetros nos Estados do Paraná e Santa Catarina, em quatro etapas de campo, além de dois vôos, para visualização das referidas áreas. (REDE de Proteção as Araucárias)

Para os levantamentos das áreas, foram utilizados mapas e imagens de satélite recentes e de alta resolução, além de equipamentos de técnicas de geoprocessamento. Cada área remanescente foi avaliada a partir dos princípios da biologia da conservação, levando em conta a análise de fauna e flora, a ecologia da paisagem e a variabilidade genética das araucárias. Além disso, foram considerados aspectos geomorfológicos, hidrográficos, socioeconômicos, políticos e fundiários. Tais atividades, junto com outros levantamentos, foram encerradas em março de 2005.

De acordo com Arlene Renk, temos dois momentos de povoamento no Oeste de Santa Catarina, o do norte que ocorreu no “século retrasado, após a conquista dos campos de Palmas, do Erê, de São João e de outras campinas menores, quando foram instaladas as fazendas de criar.” (RENK, 2006: 9) Já o outro momento aconteceu nas primeiras décadas do século XX, quando acontece o processo de migração de colonos, principalmente teutos e ítálos, oriundos do Rio Grande do Sul e de outras partes do próprio Estado. E é exatamente neste hiato de tempo que as áreas florestais, “deixadas intactas por ocasião do povoamento do norte, foram parcialmente ocupadas por uma população rarefeita, voltada à agricultura em pequena escala e a atividade extrativa, os brasileiros (como se nominam) ou caboclos (como são nominados pela fração de colonos e também assim tratados na literatura). (RENK, 2006: 9)

A entrada dos colonos de origem na região durante o processo de colonização, ocupando principalmente as áreas de florestas desalojou o grupo de caboclos, ignorando seus direitos de posse. Assim a historiografia cita a região do nosso estudo como ocupada predominantemente por descendentes de alemães e italianos. A ocupação da região por estes dois grupos que foram atraídos pelas companhias colonizadoras com forte atuação no Rio Grande do Sul. A forma de atrair pessoas eram as mais variadas, mas sempre tendo em vista o tipo ideal de colono. (NODARI, 2009)

Desde os primeiros anos deste segundo momento, o processo de retirada da madeiras de lei, entre elas as araucárias, que era uma das fontes de lucro das colonizadoras e/ou dos colonos, pois estes últimos viam a floresta como empecilho para a implementação de suas lavouras, fossem elas de pequeno ou grande porte. Nas pequenas propriedades era uma agricultura de subsistência e nas médias propriedades foi cedendo espaço para as culturas de soja e trigo, dependendo das áreas. Em Santa Catarina e em todo o Sul do Brasil, as florestas foram substituídas por estas duas culturas que tinham investimento e retorno garantido. A própria política governamental deu subsídios e a falta de uma fiscalização à legislação ambiental colaborava para um desmatamento sem reflorestamento.

O município de Ponte Serrada foi desmembrado de Joaçaba e a sua economia esta alicerçada na agricultura e industrialização da madeira e da erva-mate. “A parte sul de Ponte Serrada, originalmente coberta de florestas é considerada acidentada e ocupada por minifúndios, e habitadas por colonos ítalos provenientes do Rio grande do Sul. A parte norte do município apresenta área plana, com campos e faxinais, onde se concentram as maiores áreas. Assim a região não é exclusivamente de minifúndios, discurso tão presente nas falas governamentais. (RENK, 2006: 15)

Meses antes da efetiva aprovação da criação da Estação Ecológica da Mata Preta, o IBAMA noticiou no dia 21 de julho de 2005, algumas das intervenções legais:

José Nelson Dissenha, sua esposa, Suzete Contin Dissenha, Wilson Dissenha e a empresa Dissenha S/A ingressaram com uma ação na Justiça Federal de Chapecó (SC) contra a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Donos de terras localizadas dentro da área prevista para a reserva, eles pediam a suspensão da execução do projeto, pois não teriam sido cumpridas algumas exigências legais. No final de junho, a 2ª Vara Federal de Chapecó negou a liminar solicitada pelos autores da ação. Eles recorreram então ao TRF, através de um agravo de instrumento. No entanto, o desembargador Lippmann, relator do caso no tribunal, indeferiu o pedido. Ele entendeu que a lei não estabelece qualquer exigência no sentido de que eventuais estudos técnicos sejam efetuados antes ou depois da realização da audiência pública. Conforme o magistrado, não há informação de qualquer ato expropriatório em relação à terra de propriedade dos autores, “até porque o procedimento para estudo da área de conservação está apenas no início”. (VIDAVERDE, associação ecológica)

Em Abelardo Luz a maior parte da exploração madeireira deu-se a partir do final da década de 1970 e no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Em entrevista para a TV Cultura, um dos diretores da Organização não Governamental Condor, comenta o desmatamento na região e as primeiras iniciativas para a contenção:

Com o desenvolvimento de atividades econômicas e também a partir da década de 1980, 1985 quando se iniciou o processo de reforma agrária no país, começando por Abelardo Luz - Então houve uma pressão muito grande no desmatamento no município de Abelardo Luz tanto que ali pela década de 90 nos tivemos um ano em que fomos campeões de desmatamento no estado de Santa Catarina. Para tentar salvar o que sobrou da mata de araucária, foi criado em 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente um grupo de trabalho integrado por representantes do governo Federal, dos governos dos estados do Paraná e Santa Catarina, prefeituras, Universidades e ONGs. (SOUZA, Maria Zulmira, 25/12/2005)

No mês de julho de 2005, em audiência pública no município de Passos Maia, os técnicos do Ministério do Meio Ambiente detalharam o projeto que previa a instalação do Parque Nacional das Araucárias. A proposta foi de criar uma reserva com 15.035 hectares. O parque gerou polêmica por prometer, entre outras coisas, limitar a exploração de madeira, principal atividade econômica da região.

O então prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo, em entrevista ao jornal A Notícia, afirmou que o município limita-se, economicamente, à exploração madeireira e manifestou preocupação com o reduzido prazo para a discussão em torno da criação do parque (até 8 de julho do mesmo ano). Prontificou-se, mesmo assim, a auxiliar nas negociações envolvendo a retirada de famílias, que hoje moram na área protegida, existindo também, neste local, assentamento do Movimento dos Sem-Terra que precisará ser remanejado. (ALVES, Luciano, 2005)

Foram meses de estudo, promessas adiadas, pressões políticas e confrontos judiciais, e no dia 20 de outubro de 2005, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) anunciou a criação de duas áreas de preservação da floresta de araucárias no oeste do Estado de Santa Catarina. O Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta somam 19.404 hectares com o intuito de proteger um dos ecossistemas mais ameaçados do país. A área é menor do que havia sido planejado anteriormente, o Parque Nacional diminuiu de 15 mil hectares para menos de 13 mil, e a Estação Ecológica perdeu mais de mil dos 7.958 hectares traçados no projeto original.

Mesmo depois de efetivada a criação das Unidades de Conservação, houve discussões entre representantes do Governo Federal e proprietários, entretanto, João de Deus Medeiros, da Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses (FEEC), afirma que as áreas perdidas não comprometem a proposta de conservação. Em alguns pontos foram feitos apenas ajustes técnicos e em outros, foram feitos acordos para criar RPPNs (Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural) nos limites das áreas protegidas, referindo-se a duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural que fazendeiros prometeram instituir em suas propriedades.

São várias as propriedades que ficam dentro da demarcação das Unidades de Conservação, havendo assim, muita oposição ou apoio mediante indenizações. O exemplo do senhor Evandro Moretto, proprietário de uma área onde nasceu e cresceu, ilustra esta situação: aceitou desfazer-se das terras e aguarda a indenização referente a extensão da sua propriedade.

É fato que as Unidades de Conservação foram oficialmente criadas na área dos municípios de Abelardo Luz, Passos Maia e Ponte Serrada, porém, ao entrarmos em contato com representantes das prefeituras dos referentes municípios, confirmamos que ainda não foi criada uma sede na Estação Ecológica da Mata Preta e no Parque Nacional das Araucárias. (Acaprena - Associação Catarinense de Preservação da Natureza.)

Foram muitos os percalços que aconteceram nos últimos anos desde a proposta da criação até o momento da efetivação das Unidades e muito ainda precisa ser feito para alcançar o objetivo desta criação, que é o de preservar os ambientes naturais ali existentes, destacando-se os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista. Com estas medidas, possibilitar-se-ia, além da realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

A implantação de áreas protegidas dificilmente acontece sem entraves e condicionantes, que “impedem o seu efetivo funcionamento no que concerne tanto à gestão das áreas existentes quanto a integração destas áreas às dinâmicas específicas de cada lugar.” (GARAY, Irene; BECKER, Bertha K, 2006: 174) A situação não foi diferente no Oeste de Santa Catarina, os conflitos gerados a partir do estabelecimento das novas áreas protegidas dizem respeito aos diversos modos de uso e apropriação específica, estes são alguns dos aspectos que pretendemos investigar. Toda uma nova ordem teve que ser estabelecida na região, pois a população que antes utilizava os espaços para diferentes atividades, especialmente econômicas, foram deslocadas e tiveram que reorganizar o seu cotidiano e

também perceberem que existem outras formas de sobrevivência econômica através de um desenvolvimento social, econômico, cultural e ambientalmente sustentável.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Luciano. Clima tenso em audiência pública em Passos Maia Policiais armados acompanharam discussão sobre reserva no Oeste. ANOTICIA, Florianópolis, 22 de julho de 2005.

CRONON, William. Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England. New England: Hill and Wang, 1989.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GARAY, Irene; BECKER, Bertha K. Dimensões Humanas da biodiversidade. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

MEDEIROS, João de Deus et al. Floresta com Araucárias: um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção. Rio do Sul: APREMAVI, 2004, p.27.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Processo de Criação da Estação Ecológica da Mata Preta no Estado de Santa Catarina. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Processo de Criação do Parque Nacional das Araucárias no Estado de Santa Catarina. Brasília, 2005.

NODARI, Eunice Sueli. Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed.rev. Chapecó: Argos, 2006.

SOUZA, Maria Zulmira. No estado de Santa Catarina, ambientalistas batalham para garantir a conservação de duas áreas remanescentes Araucária - o pinheiro brasileiro, que está ameaçado de extinção. Acervo TV Cultura 25/12/2005.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 198-215, 1991.